

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Extrativismo Institucional e Iniciativa Privada no Brasil:

O papel da escravidão

MATHEUS CRAVO DO AMARAL CODEÇO

GUSTAVO ANDREY DE ALMEIDA LOPES FERNANDES

São Paulo – SP

2020

Extrativismo Institucional e Iniciativa Privada no Brasil:

O papel da escravidão

Resumo

Este trabalho busca se analisar a capacidade de inclusão de cada estado brasileiro, utilizando para isso o conceito de instituições extrativistas e inclusivas e busca fazer uma análise do nível de extrativismo de cada unidade da federação começando pela instituição mais extrativista: a escravidão e indo para áreas como educação, desigualdade, segurança e outras mais. Depois busca fazer uma comparação com indicadores econômicos dos estados divididos em setor público e setor privado. Para isso, foram selecionados diversos indicadores se utilizando de dados do IBGE e do Ranking de Competitividade dos Estados elaborado pelo CLP. Podemos concluir que alguns estados que tinham grande participação no período escravocrata manifestaram dados que reforçam a ideia de serem uma sociedade extrativista, no entanto outros demonstraram conseguiram se tornar sociedades inclusivas. A escravidão é um elemento importante, mas não se caracteriza como uma maldição inescapável. É necessário mais pesquisas para melhor compreender esse fenômeno.

Palavras-chaves: Extrativismo, Iniciativa Privada, Escravidão, Instituições

1. Introdução (750 palavras)

“Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”, assim é um trecho do hino da Proclamação da República ocorrida em 15 de Novembro de 1889. A escravidão foi abolida e agora temos “uma livre terra de livres irmãos”, tal como preconiza outra parte deste mesmo hino. No entanto, será que realmente as pessoas estão livres? As instituições criadas pela República foram capazes de incluir a população nos processos econômicos?

A escravidão foi e é ainda uma das grandes chagas do Brasil. Ainda hoje se discute quais os desdobramentos e os impactos da persistência de um sistema tão abjeto. O Brasil foi o país que mais recebeu escravos do mundo em 1800, estimando-se 1 milhão de escravos segundo Klein e Luna (2010). Mesmo com tanto tempo havido passado desde a abolição da escravatura no século XIX, podemos ver seus reflexos até hoje. Seja no linguajar da população, como a expressão “negro de alma branca” ainda muito ouvida nos rincões do país, seja nas práticas discriminatórias, o passado escravocrata parece não ter arrefecido.

Podemos ter uma noção dessa dependência da nossa trajetória ao olharmos para as estatísticas. O IBGE estima que as pessoas que se declaram brancas possuem uma renda 74% maior que as que se declaram negras ou pardas. Além disso, 60% da população carcerária compõe-se de negros. Segundo Rita Izsák, relatora especial da Organização das Nações Unidas para minorias, apresenta em seu relatório que aproximadamente 70% dos que vivem em situação de extrema pobreza, segundo dados de 2016, são compostos por negros.

Hoje aproximadamente 20% das moradias no Brasil tem alguma característica inadequada. Somente 66,30% das pessoas tem acesso a água encanada e 7 anos são a média dos anos potenciais de vida perdidos no Brasil. Todos esses indicadores nos mostram que uma parcela da sociedade parece não ter sido integrada ao restante da sociedade.

Este trabalho busca fazer uma análise do nível de extrativismo de cada unidade da federação começando pela instituição mais extrativista: a escravidão e indo para áreas como educação, desigualdade, segurança e outras mais. Depois busca fazer uma comparação com indicadores econômicos dos estados divididos em setor público e setor privado.

2. Teoria (2.000 palavras)

A economia, de forma geral, é o estudo de como melhor atender as necessidades e os desejos humanos, que são ilimitados, com os recursos escassos que possuem, se debruçando sobre a produção, distribuição e consumo dos bens e serviços que irão satisfazer essas necessidades e desejos. Tomando essa premissa, que as necessidades e desejos são ilimitados enquanto os recursos limitados, podemos inferir que sempre deve haver um aumento nos recursos para que cada vez mais as necessidades e os desejos humanos sejam atendidos.

Nesse sentido vem a noção de desenvolvimento. Para (Bresser, 2008, p.1):

“O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.”

Sendo assim, as nações sempre estão em busca do desenvolvimento, pois é através dele que se aumenta a riqueza e conseqüentemente possibilita um maior nível de bem estar. A economia, como qualquer ciência social, tem diversas escolas que buscam ao mesmo tempo explicar a realidade e indicar agendas de pesquisas futuras. Uma das mais proeminentes correntes que tentam explicar os motivos do desenvolvimento entre as nações é a economia institucional.

Esta escola de pensamento econômico tem seu início no final do século XIX com a publicação do artigo *Why is Economics not an Evolutionary Science* por Thorstein Veblen (1857-1929) em 1898. Nele Veblen tece uma crítica a economia ortodoxa que para ele não era evolucionária.

“Na ciência evolucionária, a explicação envolve cadeias de causa e efeito, enquanto na ciência não evolucionária os fenômenos econômicos são explicados em termos de algum propósito. Em outras palavras, existe, segundo Veblen, um caráter teleológico nas explicações fornecidas pela ciência não evolucionária.” (Cavalcante, 2007, p. 50)

Esse institucionalismo fazia uma crítica à teoria ortodoxa da economia também pelo fato de não possuir um empirismo necessário a uma teoria econômica. Rutherford aponta sobre isso que:

“O institucionalismo era considerado mais ‘científico’ que a economia ortodoxa porque era ao mesmo tempo mais empírico e mais em sintonia com as últimas pesquisas em outras disciplinas relacionadas. Evidentemente, o ideal institucionalista de uma economia científica de modo algum excluía a teoria, mas esperava-se que tal teoria estivesse mais próxima da realidade e mais aberta ao teste empírico que a teoria ‘ortodoxa’. Na visão institucionalista, a evidência empírica não estava limitada aos métodos quantitativos e estatísticos, mas poderia incluir estudos de caso, evidência documental (constituições de sindicatos, por exemplo), e o estudo das opiniões judiciais e decisões de corte.” (Rutherford, 2001, p.177-178)

Segundo Cavalcante (2007) Veblen entende instituições como hábitos mentais adquiridos nas atividades cotidianas dos indivíduos. Nas palavras do próprio Veblen “são métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive” (Veblen, 1988 [1899], p.89)

Juntamente a Veblen somaram-se Wesley Mitchell e John R. Commons que constituem o que se convencionou chamar de Velha Economia Institucional (VEI). Denomina-se velha pois temos a Nova Economia Institucional (NEI) que é uma escola que também credita forte influência das instituições no comportamento humano e conseqüentemente nas relações econômicas.

Diferentemente da Velha Economia Institucional (VEI) que questionava a ortodoxia econômica, a Nova Economia Institucional buscava expandir a atuação da teoria neoclássica, tornando-se assim um aparato complementar a esta (Gala 2001). Teve como grandes teóricos Douglass North, Ronald Coase e Oliver Willianson.

Ganhador do Prêmio Nobel em 1993, Douglass North foi um grande teórico que contribuiu para essa corrente. Em seu trabalho seminal *Institutions, institutional change and economic performance* ele lança as bases teóricas da NEI. Esse livro é um importante marco para a NEI devido ao fato dele possuir um conteúdo puramente focado em teoria, já que os trabalhos de North começaram com análises históricas e foram migrando para análises teóricas (GALA, 2003, p. 90).

North para chegar ao conceito de instituições utiliza dois outros conceitos importantes: incerteza e custos de transação. A incerteza deriva da capacidade computacional limitada do ser humano de processar todas as informações para se tomar uma decisão ótima (North, 1990, p. 25). Nesse sentido vem as instituições para reduzir as incertezas contidas no ambiente. Mas são também utilizadas pelos seres humanos com o intuito deliberado de alterar o ambiente em que vivem, por exemplo, para alcançar melhor performance econômica (North, 2005, p. 18).

Além da incerteza, temos o conceito de custos de transação, desenvolvido por Ronald Coase e aperfeiçoado por Oliver Williamson e captado por North. Se divide em dois tipos measurement e enforcement. De forma geral os custos de measurement são aqueles relacionados a impossibilidade de se conhecer todas as informações referentes ao objeto da transação em curso (North 1990, pg.29), já os custos de enforcement refere-se a impossibilidade de uma total garantias sobre as transações em si (North 1990, pg.32).

É diante desse cenário que North introduz o conceito de instituições para reduzir as incertezas e os custos de transação que essas incertezas geram (GALA, 2001, p. 35). Para North:

“Instituições são as regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana. Em consequência elas estruturam os incentivos na troca humana, seja política, social ou econômica. A mudança institucional molda a maneira como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, é a chave para a compreensão da mudança histórica” (North, 1990, p.3).

Instituições “definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos” (North, 1990, p.3-4), vistas como regras formais e informais que estruturam a interação humana. Onde as regras formais são aquelas que provenientes dos tratados e das leis de uma determinada sociedade enquanto as regras informais seriam convenções sociais não codificadas (North, 1990, p.3-4).

Mais recentemente dois autores ampliaram as análises sobre as instituições e seu impacto no processo de desenvolvimento das nações. O livro Por que as nações fracassam

lançado em 2012 de Daron Acemoglu e James Robinson buscam compreender qual a explicação por trás da riqueza e pobreza das nações.

“Instituições econômicas inclusivas, como as encontradas na Coreia do Sul ou nos Estados Unidos, são aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem” (Acemoglu e Robinson, 2012, p. 58)

Com essa definição podemos perceber que para Acemoglu e Robinson as instituições inclusivas são aquelas que levam os indivíduos a autorrealização através do alcance de suas potencialidades (ABREU,2017,p. 78). Continuando, os autores listam o que as instituições devem ter para serem inclusivas:

“Para serem inclusivas, as instituições econômicas devem incluir segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão.” (Acemoglu e Robinson, 2012, p. 59).

Ao fazerem uma definição das instituições inclusivas e ao estabelecerem que estas instituições são as que propiciam o crescimento econômico no longo prazo, as instituições que não tenham essas características não possibilitam o crescimento a longo prazo. São chamadas de extrativistas, pois ao contrário das inclusivas, onde toda a sociedade usufrui dos incentivos e resultados econômicos, nas extrativistas somente uma pequena parcela da população.

Peter Temin é um economista e professor no MIT que escreveu um artigo chamado *The American Elite in historical perspective* examina a mobilidade na elite econômica dos Estados Unidos. Para ele:

“Inequality and mobility are connected, but not interchangeable. Most obviously, inequality is a static measure of conditions at a moment of time, while mobility is a dynamic measure of changes over time”(Temin, p. 8)

Temin começa apontando que os Estados Unidos são uma sociedade sem classe, pois a combinação de terra e trabalho livre impediram que o modelo de aristocracia

prevalecesse e com ele o sistema de divisão de classe europeu. No entanto, Temin salienta que uma sociedade sem classe não implica numa sociedade igualitária (Temin, p.2).

No entanto, essa sociedade sem classe não implica, necessariamente, numa mobilidade a todos os grupos. Ele dá o exemplo dos:

“African immigrants, deprived of the opportunity to opt out of an unfavorable distribution of assets, were in an even worse position than the European lower class. They formed a group not integrated with American classless society for several centuries. They are not integrated into the American business elite even now” (Temin, p.2)

A utilização dos imigrantes africanos como exemplo é central pois Peter Temin conclui que a elite econômica dos Estados Unidos não é muito diferente dos líderes do início do século (Temin, p.28). Essa semelhança demonstra que não houve uma mobilidade capaz de alterar o perfil dos líderes empresariais nos Estados Unidos e que esses líderes permaneceram brancos, masculinos e protestantes.

Essa estabilidade do perfil é atribuída ao fato de que essas pessoas possuem uma competência maior para a administração dos negócios, não devido a uma suposta superioridade, mas devido a um acesso à educação superior que é fruto de discriminação do passado (Temin 1998).

Em os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro, organizado por Brandão e Campos (2017), podemos perceber como o Estado e o Mercado sempre estiveram muito relacionados a ponto de famílias com tradição política como os Sarney se tornarem grandes empresários das comunicações. Apresenta ainda a relação de Brasília com duas grandes famílias: os Odebrecht e os Guinle. Enquanto os primeiros viram sua fortuna aumentar com a construção da nova capital, os segundos viram sua derrocada na medida em que os círculos do poder migraram do Rio para Brasília e suas relações pessoais e de privilégio foram minadas.

No livro Capitalismo de Laços os Donos do Brasil e suas conexões, Lazzarini afirma que os “donos do poder” fazendo uma alusão a obra de Raymundo Faoro são aqueles:

“que se inserem e se articulam em uma rede de laços corporativos, principalmente os que se transformam em elementos de conexão entre os distintos grupos corporativos” (Lazzarini, ,p. xiv)

Em *Capitalismo de Laços* a avaliação de Lazzarini é de que a forma como as privatizações foram feitas maximizaram o controle de grupos nacionais ao invés de outros tipos de contratos como o “golden share”. E esses grupos nacionais eram os que possuíam alguma relação com o poder. Ressalta também o papel dos bancos e fundos de pensão nessa relação, inclusive na criação dos campeões nacionais.

Num livro posterior em parceria com o professor Musacchio, Lazzarini em *Reinventando o Capitalismo de Estado: o leviatã nos negócios Brasil e outros países* demonstra que as relações entre o capital e o poder político estão intimamente ligados em diversos países e que esta proximidade gera diversas consequências, ampliando ainda mais o escopo do primeiro livro.

Podemos traçar relações entre, Lazzarini (2011), Lazzarini e Musacchio(2014) com o referencial de Acemoglu e Robinson na medida em que todos esses trabalhos demonstram que no Brasil, as elites tanto políticas quanto econômicas mantiveram relações bem próximas e que possibilitaram uma simbiose entre o público e privado a ponto de pequenos grupos da sociedade extraírem os resultados econômicos e impedirem o resto da sociedade de acessá-los. Caracterizando assim um claro cenário de instituições extrativistas.

3. Métodos

O conceito de extrativismo institucional é um conceito um tanto quanto abstrato para se definir. A melhor forma de se entender o conceito é observando variáveis que demonstrem o extrativismo. Por isso, se utilizou o Ranking de Competitividade dos Estados, uma publicação realizada pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

Foi utilizado o censo de 1870 para se determinar a quantidade de escravos por unidade federativa. Após isso foi utilizado as estimativas do IBGE para a população em 2020. Se utilizou os diversos índices do ranking para realizar a análise olhando-se também para os estados que tinham uma grande quantidade de escravos.

Fez-se análises dos dados para entender quais estados podem ser caracterizados como extrativistas e quais podem ser considerados inclusivos, seguindo a definição do livro Por que as nações fracassam de Daron Acemoglu e James Robinson.

4. CARACTERIZANDO OS ESTADOS BRASILEIROS: EXTRATIVISMO X INCLUSÃO

a. O Papel da Escravidão – um país extrativista

Como demonstraram Daron Acemoglu e James Robinson, as instituições extrativistas são aquelas onde ocorre uma transferência de recursos para um determinado grupo. A escravidão é uma das, senão, a mais extrativista instituição que existe. A escravidão é o suprassumo de qualquer instituição extrativista na medida em que extrai todos os recursos de um grupo e os transfere para outro.

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravatura. Em 1850 foi aprovado a Lei Eusébio de Queiroz que proibia o comércio de escravos no país. Em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre que tornava livres os filhos de mulher escrava nascidos no Brasil e em 1885 a Lei dos sexagenários que concedia liberdade para os escravos com mais de 60 anos. Somente em 1888 é assinada, no dia 13 de Maio, a Lei Áurea que proíbe a escravidão no Brasil. No entanto, a libertação dos escravos não foi acompanhada de qualquer tipo de política de integração do negro na sociedade brasileira.

A instituição formal da escravidão pode ter sido extinta em 1888, mas a instituição informal permanece na sociedade brasileira. Toda a discussão do racismo estrutural deriva dessa percepção, a percepção de que o sistema escravocrata terminou formalmente, mas ainda tem na sociedade brasileira uma institucionalidade que persiste.

Em 1872 foi realizado um censo que é um marco na história dos dados no Brasil, foi o único censo que trouxe a população escrava do Brasil, além de imigrantes e indígenas. Abaixo segue a tabela com o número de escravos separados por cada unidade da Federação conforme a divisão político-administrativa atual. Os estados que tiverem zero escravos não haviam sido criados ou comprados. Além da população de escravos bruta a tabela traz a participação da população escrava na população de cada estado, a participação de cada estado na população nacional em 1870 e a população e participação de cada estado hoje.

O Estado com a maior quantidade de escravos foi o Rio de Janeiro(32%) seguido de Espírito Santo(28%), Maranhão(21%), São Paulo(19%), Minas Gerais(18%), Rio Grande do Sul(16%), Sergipe(13%), Piauí(12%) e Mato Grosso(12%). Teremos como foco esses 10 estados, mas os dados dos restantes estão disponíveis nas tabelas.

Podemos observar um aumento expressivo da população do Estado de São Paulo e um aumento das populações dos estados do Sul. Alguns estados caíram como Bahia, Ceará e Minas Gerais que especificamente teve sua participação na população nacional reduzida de 20%

em 1870 para 10% em 2020. Aqui se apresenta um cenário dos fluxos migratórios que os próximos dados podem esclarecer.

Tabela 1 – População Escrava e Participações

Estados:	População Escrava por Estado na Divisão Político-Administrativa Atual:	População Total 1870	% da População Escrava da População Total do Estado	% População 1870	População estimada 2020	% População Brasil 2020
Acre	0	0	0%	0%	894470	0,42%
Alagoas	35741	348009	10,27%	3,50%	3351543	1,58%
Amapá	219	3148	6,96%	0,03%	861773	0,41%
Amazonas	979	57610	1,70%	0,58%	4207714	1,99%
Bahia	167824	1382616	12,14%	13,90%	14930634	7,05%
Ceará	33119	743061	4,46%	7,47%	9187103	4,34%
Distrito Federal	0	0	0%	0%	3.055.149	1,44%
Espírito Santo	22659	82137	27,59%	0,83%	4064052	1,92%
Goiás	10652	160395	6,64%	1,61%	7113540	3,36%
Maranhão	74939	359040	20,87%	3,61%	7114598	3,36%
Mato Grosso	5896	49970	11,80%	0,50%	3526220	1,67%
Mato Grosso do Sul	771	10447	7,38%	0,11%	2809394	1,33%
Minas Gerais	370181	2052257	18,04%	20,63%	21292666	10,06%
Pará	27239	272089	10,01%	2,74%	8690745	4,10%
Paraíba	21526	376226	5,72%	3,78%	4039277	1,91%
Paraná	10560	126722	8,33%	1,27%	11516840	5,44%
Pernambuco	89533	841450	10,64%	8,46%	9616621	4,54%
Piauí	22559	181089	12,46%	1,82%	3281480	1,55%
Rio de Janeiro	342076	1058196	32,33%	10,64%	17366189	8,20%
Rio Grande do Norte	13020	234069	5,56%	2,35%	3534165	1,67%
Rio Grande do Sul	67791	434813	15,59%	4,37%	11422973	5,39%
Rondônia	0	0	0%	0,00%	1796460	0,85%
Roraima	0	0	0%	0,00%	631181	0,30%
Santa Catarina	14984	160792	9,32%	1,62%	7252502	3,42%
São Paulo	156632	837384	18,70%	8,42%	46289333	21,86%
Sergipe	22623	176233	12,84%	1,77%	2318822	1,10%

Tocantins	0	0	0%	0%	1590248	0,75%
Total:	1511523	9947753			211755692	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Ranking de Competividade dos Estados

b. Caracterizando extrativismo x inclusão

Para sabermos se uma sociedade possui instituições inclusivas ou não devemos observar algumas variáveis. Uma instituição inclusiva é aquela que garante a “segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão”. A violência, a desigualdade, a renda e tantos outros indicadores podem ser usados para demonstrar a falta ou dificuldade de se estabelecer essas características de uma instituição inclusiva.

Nesse sentido, utilizamos as seguintes variáveis para compreender quais estados são mais extrativistas e quais são menos:

- **Segurança Pessoal** – Consiste na soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, em relação à população total.
- **Segurança Patrimonial** - Roubo totais por 100 mil habitantes.
- **Famílias abaixo da Linha de Pobreza** – Consiste na porcentagem de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza.
- **Acesso ao Saneamento Básico – Água** Consiste na porcentagem de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.
- **Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto** Consiste na porcentagem de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.
- **IDH Estadual** – O índice de Desenvolvimento Humano é um indicador multidimensional que se utiliza da expectativa de vida ao nascer, da educação e do PIB per capita.
- **GINI** - O índice Gini é indicador que mede a desigualdade de renda.
- **IDEB** – O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade da educação básica do Brasil, considera fluxo escolar e média de desempenhos nas avaliações de toda a rede de ensino.

- **Inadequação de Moradia** - Consiste na porcentagem de domicílios urbanos que apresentam pelo menos 1 dos critérios de inadequação: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.
- **Anos Potenciais de Vida Perdidos** - Média da diferença da faixa etária em que os óbitos registrados ocorreram e a expectativa de vida ao nascer do Brasil.

Todas essas variáveis são indicativos para se averiguar se uma sociedade proporciona bem estar para seus cidadãos ou não. O índice Gini por exemplo, mostra o nível de desigualdade de renda. Se a renda é muito concentrada significa que o grupo que concentra renda extrai recursos da sociedade deixando o restante com pouco recursos mesmo sendo estes o maior grupo. Assim é com todos os indicadores descritos, cada um abordando uma dimensão.

Tabela 2 - Indicadores Extrativismo Parte 1

Estados		Segurança Patrimonia	Seguranç	Famílias	Acesso ao	Acesso ao	IDH
		1	a Pessoal	abaixo da	Saneament	Saneament	Estadua
		2019	2019	2019	o Básico -	o Básico -	1
					Esgoto	Água	
		2019	2019	2019	2019	2019	2017
Acre	AC	210,06	36,01	9,11	38,95	54,55	0,72
Alagoas	AL	115,32	32,92	9,22	44,76	78,68	0,68
Amazonas	AM	109,81	26,07	6,50	46,73	73,84	0,73
Amapá	AP	120,07	33,03	4,54	18,55	54,81	0,74
Bahia	BA	109,35	35,19	7,99	56,63	84,96	0,71
Ceará	CE	108,36	24,87	6,38	48,10	78,78	0,74
Distrito Federal	DF	288,63	13,78	1,37	88,01	95,07	0,85
Espírito Santo	ES	175,94	25,45	2,31	78,48	85,18	0,77
Goiás	GO	191,31	25,37	3,06	61,53	86,77	0,77
Maranhão	MA	83,47	21,08	12,90	21,75	70,02	0,69
Minas Gerais	MG	128,06	13,46	2,78	81,68	88,76	0,79
Mato Grosso do Sul	MS	145,67	17,94	2,00	51,24	87,72	0,77
Mato Grosso	MT	123,27	25,13	2,20	38,81	79,63	0,77
Pará	PA	90,32	33,72	5,48	18,44	49,17	0,70

Paraíba	PB	72,06	23,80	7,49	49,77	76,08	0,72
Pernambuco	PE	208,79	36,48	7,70	61,85	74,76	0,73
Piauí	PI	222,88	18,13	7,28	7,86	85,02	0,70
Paraná	PR	197,45	17,01	2,52	71,45	89,63	0,79
Rio de Janeiro	RJ	366,29	24,21	3,45	90,31	87,81	0,80
Rio Grande do Norte	RN	150,39	38,57	5,96	26,07	86,93	0,73
Rondônia	RO	228,04	23,16	3,03	15,18	46,00	0,73
Roraima	RR	161,82	34,51	5,87	36,60	84,61	0,75
Rio Grande do Sul	RS	201,40	18,14	1,68	70,50	88,10	0,79
Santa Catarina	SC	150,36	10,42	1,63	61,09	83,12	0,81
Sergipe	SE	135,01	36,43	6,55	47,91	84,78	0,70
São Paulo	SP	302,95	7,03	1,99	92,56	96,05	0,83
Tocantins	TO	146,22	24,50	4,91	35,93	82,39	0,74
Brasil	BR	200,0	20,2	4,09	66,30	85,28	0,78

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Ranking de Competividade dos Estados

Tabela 3 - Indicadores Extrativismo Parte 2

Estados		Média Índice GINI por Estado (1991;2000;2010)	Índice de Oportunidade da Educação	IDEB	Inadequação de Moradia	Anos Potenciais de Vida Perdidos
						2019
Acre	AC	0,6377	4,75	5,04	52,26	15,75
Alagoas	AL	0,6531	4,50	4,52	35,35	10,53
Amazonas	AM	0,6108	4,49	4,69	43,42	15,93
Amapá	AP	0,6590	4,12	4,05	69,16	19,36
Bahia	BA	0,6557	4,19	4,16	26,50	9,71
Ceará	CE	0,6538	5,14	5,33	22,53	8,70
Distrito Federal	DF	0,6326	5,22	5,31	8,00	10,18
Espírito Santo	ES	0,5940	4,94	5,23	17,55	7,64
Goiás	GO	0,5875	4,93	5,44	22,90	9,56
Maranhão	MA	0,6313	4,04	4,22	39,21	11,58
Minas Gerais	MG	0,5980	5,28	5,24	11,07	5,77

Mato Grosso do Sul	MS	0,5999	4,71	5,02	14,69	8,01
Mato Grosso	MT	0,5994	4,87	5,00	20,92	11,43
Pará	PA	0,6326	3,98	4,08	60,00	14,42
Paraíba	PB	0,6344	4,52	4,35	24,14	6,60
Pernambuco	PE	0,5826	4,61	4,69	32,80	8,65
Piauí	PI	0,6559	4,56	4,65	18,30	8,63
Paraná	PR	0,6431	5,14	5,36	14,46	6,31
Rio de Janeiro	RJ	0,6132	4,84	5,00	23,75	6,21
Rio Grande do Norte	RN	0,6335	4,36	4,20	51,51	8,58
Rondônia	RO	0,5738	4,83	5,16	57,49	10,95
Roraima	RR	0,5984	4,27	4,63	29,50	21,15
Rio Grande do Sul	RS	0,6272	4,69	4,92	20,31	4,07
Santa Catarina	SC	0,5347	5,13	5,53	19,07	6,01
Sergipe	SE	0,5764	4,39	4,32	25,72	11,37
São Paulo	SP	0,6400	5,44	5,57	10,98	5,27
Tocantins	TO	0,6327	4,57	4,88	31,40	11,08
Brasil	BR	0,618	4,71	4,84	21,17	7,39

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Ranking de Competividade dos Estados

5. ANALISANDO ECONOMICAMENTE AS DIFERENÇAS ENTRE OS ESTADOS MENOS E MAIS ESTRATIVISTAS.

Para analisar economicamente cada estado devemos ter um olhar para o setor público e o setor privado. Dentro do setor público, devemos olhar para o quanto de recursos são alocados para o próprio funcionamento da máquina pública e a dependência que cada ente tem de transferências intergovernamentais

- **Inserção Econômica** – Proporção de ocupados em relação à População Economicamente Ativa.

- **Formalidade do Mercado de Trabalho** – Proporção de ocupados de 14 anos ou mais de idade nas seguintes ocupações: 1) empregado com carteira de trabalho assinada (empregado do setor privado, trabalhador doméstico e empregado do setor público); 2) ‘conta-própria’, empregadores com CNPJ; e 3) ‘militar e servidor estatutário’. Em relação ao total de ocupados.
- **Patentes** – Total de concessões de patentes, englobando os tipos: “Patente de Invenção”, “Modelo de Utilidade” e “Certificado de Adição” em relação ao PIB.
- **Qualificação dos Trabalhadores** – Anos de estudos da população economicamente ativa (acima de 14 anos de idade).
- **Custo de Mão de Obra** – Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.
- **Inserção Econômica dos Jovens** – Proporção dos jovens (entre 15 e 22 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.
- **Empreendimentos Inovadores** – Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.
- **Índice de Oportunidade da Educação** – Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.

Tabela 4 – Setor Privado Parte 1

Estados		Custo de Mão de Obra	Índice de Oportunidade da Educação	Inserção Econômica	Formalidade do Mercado de Trabalho
		2019	2019	2019	2019
Acre	AC	1857	4,75	86,36	50,03
Alagoas	AL	1562	4,50	86,43	53,43
Amazonas	AM	1716	4,49	87,12	42,30
Amapá	AP	1911	4,12	84,26	46,01
Bahia	BA	1548	4,19	83,58	45,11
Ceará	CE	1613	5,14	89,92	46,10
Distrito Federal	DF	3995	5,22	87,52	69,29
Espírito Santo	ES	2159	4,94	89,69	58,15
Goiás	GO	2121	4,93	89,58	58,37
Maranhão	MA	1358	4,04	87,86	39,61

Minas Gerais	MG	1984	5,28	90,53	59,82
Mato Grosso do Sul	MS	2325	4,71	93,46	60,44
Mato Grosso	MT	2290	4,87	93,64	60,46
Pará	PA	1559	3,98	90,84	36,25
Paraíba	PB	1657	4,52	87,89	45,74
Pernambuco	PE	1725	4,61	85,98	49,40
Piauí	PI	1436	4,56	87,01	39,39
Paraná	PR	2532	5,14	92,71	66,49
Rio de Janeiro	RJ	2737	4,84	86,28	62,53
Rio Grande do Norte	RN	1774	4,36	87,38	52,54
Rondônia	RO	1987	4,83	92,02	49,93
Roraima	RR	2276	4,27	85,49	49,62
Rio Grande do Sul	RS	2567	4,69	92,85	66,01
Santa Catarina	SC	2504	5,13	94,65	72,38
Sergipe	SE	1606	4,39	85,25	45,65
São Paulo	SP	2924	5,44	88,52	68,54
Tocantins	TO	1864	4,57	90,92	52,24
Brasil	BR	2304	4,71	89,05	58,90

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Ranking de Competividade dos Estados

Tabela 5 – Setor Privado Parte 2

Estados		Qualificação dos Trabalhadores	Patentes	Inserção Econômica dos Jovens	Empreendimentos Inovadores
		2019	2018	2019	2020
Acre	AC	10,21	0,07	68,47	0,0
Alagoas	AL	9,59	0,04	64,89	1,2
Amazonas	AM	10,55	0,09	72,11	3,0
Amapá	AP	10,66	0,00	71,41	2,4
Bahia	BA	9,89	0,09	73,69	0,5
Ceará	CE	9,93	0,10	71,34	0,8
Distrito Federal	DF	12,24	0,14	81,89	1,7
Espírito Santo	ES	10,66	0,13	74,32	1,0
Goiás	GO	10,64	0,05	77,75	0,9
Maranhão	MA	9,67	0,02	64,45	0,3
Minas Gerais	MG	10,46	0,26	78,06	1,6
Mato Grosso do Sul	MS	10,59	0,05	80,87	3,3
Mato Grosso	MT	10,48	0,03	80,60	1,7
Pará	PA	9,53	0,02	71,15	0,7
Paraíba	PB	9,66	0,06	70,24	0,8
Pernambuco	PE	10,31	0,06	69,35	1,6

Piauí	PI	9,36	0,02	71,41	2,1
Paraná	PR	11,02	0,39	79,81	2,7
Rio de Janeiro	RJ	11,69	0,31	75,34	1,9
Rio Grande do Norte	RN	10,28	0,06	74,49	2,0
Rondônia	RO	10,02	0,02	76,80	2,8
Roraima	RR	11,16	0,00	72,80	1,9
Rio Grande do Sul	RS	10,98	0,64	82,89	3,3
Santa Catarina	SC	11,13	0,60	86,92	3,5
Sergipe	SE	9,56	0,05	73,09	0,9
São Paulo	SP	11,61	0,44	76,41	1,2
Tocantins	TO	10,42	0,03	75,30	2,6
Brasil	BR	10,8	0,31	75,33	1,6

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Ranking de Competividade dos Estados

Já no setor público nós temos os seguintes indicadores:

- **Custo do Legislativo/PIB** – Recursos públicos alocados no poder legislativo/PIB
- **Custo do Judiciário/PIB** - Recursos públicos alocados no poder judiciário/PIB
- **Custo do Executivo/PIB** - Recursos públicos alocados na administração pública direta/PIB
- **Gasto com Pessoal** - Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)
- **Dependência Financeira** - Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes/receita corrente total

Tabela 6 – Setor Público

Indicador		Recursos públicos alocados na administração direta / PIB (%)	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB (%)	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB.	Dependência Fiscal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)
		2019	2019	2019	2019	2019
Acre	AC	1,54	1,58	1,24	64,90	69,47
Alagoas	AL	0,79	1,11	0,53	51,48	60,53
Amazonas	AM	0,54	0,70	0,54	29,12	55,10
Amapá	AP	2,66	1,97	1,42	61,39	51,45
Bahia	BA	0,46	0,81	0,36	30,24	64,86
Ceará	CE	0,59	0,73	0,38	33,97	55,70
Distrito Federal	DF	0,68	-	0,27	10,48	58,44
Espírito Santo	ES	0,27	0,78	0,24	33,39	50,20

Goiás	GO	0,98	0,90	0,44	20,74	70,27
Maranhão	MA	0,94	1,08	0,56	53,09	61,74
Minas Gerais	MG	0,32	0,69	0,21	17,96	74,38
Mato Grosso do Sul	MS	0,77	0,79	0,35	31,92	68,26
Mato Grosso	MT	0,61	0,83	0,47	24,81	69,94
Pará	PA	0,44	0,63	0,44	34,67	58,87
Paraíba	PB	0,80	1,17	0,60	49,31	63,72
Pernambuco	PE	0,59	0,92	0,42	31,37	63,56
Piauí	PI	2,85	1,15	0,99	51,84	71,02
Paraná	PR	0,18	0,47	0,14	19,08	67,25
Rio de Janeiro	RJ	0,45	0,53	0,17	11,43	70,10
Rio Grande do Norte	RN	1,01	1,17	0,55	45,63	83,28
Rondônia	RO	1,74	1,49	0,64	45,30	56,79
Roraima	RR	2,80	1,67	2,24	63,10	52,50
Rio Grande do Sul	RS	0,32	0,41	0,12	15,40	78,33
Santa Catarina	SC	0,54	0,57	0,19	19,59	62,22
Sergipe	SE	1,64	1,22	0,72	54,36	67,10
São Paulo	SP	0,17	0,42	0,07	5,74	57,05
Tocantins	TO	1,55	1,52	0,92	55,09	73,28
Brasil	BR				21,22	64,28

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Ranking de Competividade dos Estados

Podemos destacar alguns indicadores dos apresentados acima para fazer algumas análises interessantes, como por exemplo:

O estado do Rio Grande do Norte é o estado que mais possui a receita corrente líquida comprometida com o pagamento de pessoal com 83,28%, seguido de 78,33% do Rio Grande do Sul e 73,28 de Tocantins. Esse indicador nos indica que nesses estados as carreiras de estado ocupam grande parte da receita, o que se caracteriza claramente como uma forma de um grupo de extrair recursos.

Outro indicador interessante é o indicador de patentes que nos dá uma visão direta da quantidade de inovação que ocorre em cada estado e conseqüentemente nos indica o quanto as pessoas confiam que as instituições garantirão a sua patente. O estado do Rio Grande do Sul possui o maior índice de 0,64 seguido de Santa Catarina com 0,60, São Paulo com 0,44, Paraná com 0,39 e Rio de Janeiro com 0,31. Como podemos ver, todos os estados da Região Sul estão no top 5 desse indicador seguido de metade dos estados da região sudeste.

Quanto maior for a quantidade de anos potenciais perdidos, maior é falta de oportunidades e capacidade do Estado de promover a segurança. O estado de Roraima tem

21,15 anos potenciais de vida perdidos seguido por Amapá com 19,36. Já o Rio Grande do Sul é o que tem uma menor perda de anos com 4,07 seguido por São Paulo com 5,27.

Quando uma família não possui uma residência adequada isso significa que esta família não possui renda para tal o que indica que ela não está integrada ao mercado e mesmo se estiver não possui oportunidades para aumentar sua renda. Em outras palavras essa família está excluída de desfrutar um nível básico de bem estar. O estado do Amapá tem 69,16% das suas residências com pelo menos um indicador de inadequação de moradia seguido pelo Pará, enquanto o Distrito Federal possui apenas 8% seguido de São Paulo com 10,98%.

Da mesma forma que a inadequação de moradia o saneamento básico também é um indicador para sabermos se o Estado oferece serviços públicos para aumentar o bem estar da população e auxiliar na atividade econômica, já que o esgoto tratado é uma questão que não só as empresas mas as pessoas levam em conta para permanecer num local ou até mesmo abrir um negócio. No saneamento básico – esgoto o estado de São Paulo tem a maior marca de 92,56% dos domicílios seguido pelo Rio de Janeiro com 90,31%. O Piauí tem a pior marca com 7,86% seguido pelo estado de Rondônia com 15,18%. O estado do Maranhão possui 21,75%.

Sem dúvidas, a quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza é um dos mais importantes indicadores para se averiguar o nível de inclusão de uma determinada sociedade, no caso num determinado estado. O estado do Maranhão é o que possui a maior porcentagem de famílias abaixo da linha da pobreza com 12,90% seguido de Alagoas com 9,22%, já os estados com os menores índices são o Distrito Federal e Santa Catarina com 1,37% e 1,63%, respectivamente.

Podemos fazer algumas inferências a partir das comparações acima realizadas. A primeira é que há uma clara desigualdade regional onde os estados do norte e nordeste, aparassem mais no topo dos indicadores negativos como abaixo da linha da pobreza, enquanto os estados do sul e sudeste aparecem no topo dos indicadores positivos como empreendimentos inovadores e inserção econômica dos jovens. Além disso, os estados do Norte, são os que mais carecem de transferências governamentais, excetuando-se o Amazonas.

Alguns estados que tiveram grande quantidade de escravos parecem ter aumentado o seu nível de inclusão enquanto outros nem tanto. O Rio de Janeiro é um exemplo de estado que ainda carrega os resquícios da escravidão, tem o pior índice de segurança patrimonial com 366,29 roubos para cada 100 mil pessoas e maior quantidade de pessoas vivendo aglomerados subnormais do país. No entanto, mesmo o Rio de Janeiro possuindo indicadores ruins em algumas áreas, ainda sim, ele possui um Índice de Desenvolvimento

Humano de 0,80 ocupando a quarta melhor posição atrás apenas do Distrito Federal com 0,85, de São Paulo e Santa Catarina com 0,83 e 0,81 respectivamente.

Podemos ainda fazer uma comparação entre os estados de São Paulo e Maranhão, pois possuíam proporções de população escrava semelhantes, 18,70 e 20,87 respectivamente. Hoje se diferenciam bastante a começar pela participação da população do Estado na população nacional: São Paulo corresponde a aproximadamente 20% da população brasileira, com 46 milhões de pessoas, enquanto o Maranhão representa 3,36% com 7 milhões de pessoas. A formalidade do mercado de trabalho é de 39,61% no Maranhão, a menor proporção entre os estados, enquanto em São Paulo é de 68,54%, sendo a segunda maior ficando apenas atrás do Distrito Federal com 69,29%.

6. Conclusão

Com este trabalho podemos perceber que estados que tiveram uma alta porcentagem de escravos como Rio e Maranhão tem problemas com questões de segurança e emprego. No entanto, parece que outras variáveis também exercem influência. São Paulo é um exemplo que teve uma porcentagem considerável de população escrava sobre sua população total, mas que avançou na inclusão de sua população.

As consequências de um sistema tão extrativista quanto o escravocrata, permanecem mesmo depois de séculos de sua extinção, no entanto, a escravidão não é condição suficiente para explicar a condição de estados mais ou menos extrativistas. Outras pesquisas são necessárias para uma melhor compreensão do fenômeno das instituições extrativistas.

Ao analisarmos o caso de Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, vemos que os incentivos econômicos tiveram influência fazendo com que a participação da população de Minas Gerais na população nacional caísse pela metade de aproximadamente 23% para 10%, enquanto São Paulo viu sua participação aumentar de 9% para 23%. Ao que parece, a estrutura produtiva dos estados pode ter alguma relação com o nível de inclusão.

Com isso percebemos que a dependência de trajetória existe, mas não é uma maldição da qual não podemos escapar. É necessário mais estudos e ação política para que se consiga reduzir os efeitos das instituições extrativistas e assim garantir a liberdade operacional e substantiva para os indivíduos tomarem suas decisões, abrirem seus próprios negócios, registrarem suas ideias, arriscarem e inovarem. No fim, que o refrão do Hino da Proclamação da República se cumpra: “Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós”.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Igor. Instituições e desenvolvimento: uma comparação entre as contribuições de Douglass North e Daron Acemoglu para o debate. 2017. 103f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006). "O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico". Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf> Acesso em: 26 de Janeiro de 2020.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira(org.); BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: autografia, 2017.
- CAVALCANTE, Carolina Miranda. Análise Metodológica da Economia Institucional. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. Revista de Economia Política, v. 23, n. 2 (90), p. 89-105, abril-junho, 2003.
- GALA, Paulo. Teoria e retórica em Douglass North: subsídios para uma análise de sua contribuição. São Paulo: EAESP/FGV, 2001.
- Klein, Herbert S, and Francisco Vidal Luna. 2009. Slavery in Brazil. Cambridge University Press
- LAZZARINI, S. G. Capitalismo de laços. Os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G. Reinventando o capitalismo de Estado. O leviatã nos negócios: Brasil e outros países. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.
- NORTH, Douglass. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2014, vol.22, n.52, pp.47-57.
- RUTHEFORD, Malcolm. Institutional Economics: then and now. Journal of Economic Perspectives,15(3), pp.173-194, 2001.
- TEMIN, Peter. The American Business Elite in Historical Perspective. NBER Historical Working Paper No. 104, october, 1997.
- _____. The Stability of the American Business Elite. Industrial and Corporate Change, Vol. 8, p. 189-210, June, 1999.